Ata da Sessão Ordinária de Assembleia de Freguesia de Avelar de 15 de junho de 2026

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, na sede da Junta de Freguesia de Avelar, sita na Rua do Fetal, número 127, 3240-318, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Avelar, legalmente convocada. ----------

Estiveram presentes os seguintes membros: a Presidente, Dina Maria Caseiro Henriques Rosa; a Primeira Secretária, Marisa Filipa Saraiva Simões, o Segundo Secretário, Artur Peres de Almeida, os membros da Assembleia: Maria Manuela Mendes Rosa Marques, Fernando Manuel Pires Silveiro, Dinis Alberto Neves Fernandes, Nuno Miguel Baptista Veras da Cruz, Dulce Margarida Fernandes Costa Medeiros e Jorge Manuel Gomes dos Santos. ----------

Por parte da Junta de Freguesia estiveram presentes o Presidente, Fernando Inácio Pires Medeiros, o Secretário, Pedro Miguel Caetano Silva e a Tesoureira Maria Armanda Marques Dias. ----------

Posto isto, a Presidente da Mesa deu início à reunião com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

I – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

1 – Aprovação da ata da sessão anterior; ----------

2 – Leitura do expediente;----------

3 – Outros assuntos de interesse da Freguesia de Avelar. ----------

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

1 – Apreciar uma informação a prestar pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia;----------

2 – Apreciar e aprovar o novo pacote de transferência de recursos financeiros, nos termos dos número 2 e 5 do Artigo 38º da Lei 50/2018 de 16 de agosto, acordado entre o Município de Ansião e as Juntas de Freguesias do Concelho de Ansião, com impacto a partir de 1 de janeiro de 2027;----------

3 – Apreciação e votação da segunda Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, da Receita, do PPA – Plano Anual de Atividades e do PPI – Plano Plurianual de Investimentos;----------

4 – Apreciar e analisar os pressupostos do programa comemorativo do 31º aniversário da reelevação de Avelar à condição de Vila;----------

5 – Outros assuntos.----------

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de dar início à Assembleia, a Presidente da Mesa informou que os membros Tânia Sofia Mendes Barroso e Maria da Graça Arnaut Brás Passos foram substituídos, respetivamente, por Dulce Margarida Fernandes Costa Medeiros e Jorge Manuel Gomes dos Santos, encontrando-se a primeira em serviço profissional e a segunda de férias.----------

Atendendo ao facto de o membro Tânia Sofia Mendes Barroso integrar a Mesa da Assembleia, a Presidente propôs que o membro Artur Peres de Almeida assumisse as funções de Segundo Secretário. Antes de proceder à sua nomeação, questionou os membros das bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata sobre a existência de outras propostas para integrar a Mesa. Não tendo sido apresentadas alternativas, a sugestão foi aprovada.----------

Verificando-se ainda a ausência do Primeiro Secretário, decorridos já vinte minutos após a hora marcada para o início da reunião, a Presidente questionou os presentes sobre a eventual existência de propostas para assegurar a sua substituição. Não tendo sido apresentada qualquer sugestão, propôs a nomeação do membro Marisa Filipa Saraiva para o exercício dessas funções. Deste modo, a Mesa ficou constituída pela Presidente e pelos Secretários acima mencionados.----------

Dando início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apresentação e análise das correcções da ata da anterior sessão. Após efetuadas as alterações, passou-se à votação da ata, tendo esta sido aprovada com oito votos a favor, pois o membro Dinis Alberto Neves Fernandes ainda não tinha chegado.----------

No ponto dois da ordem de trabalhos, a Presidente informou ter recebido duas comunicações por correio eletrónico, uma do membro Tânia Sofia Mendes Barroso e outra do membro Maria da Graça Arnaut Brás Passos, nas quais apresentaram justificação para a respetiva ausência à presente Assembleia. As razões invocadas para as referidas ausências já foram anteriormente comunicadas e registadas nesta ata.----------

A Senhora Presidente informou ainda ter recebido, por via eletrónica, dois convites remetidos pelo Executivo da Junta de Freguesia. O primeiro dizia respeito à participação nas atividades comemorativas do feriado municipal, realizadas no dia 14 de maio. O segundo referia-se à Sessão Solene Evocativa do 31.º aniversário da reelevação de Avelar à categoria de Vila, agendada para o dia 21 de junho, pelas 19h00.----------

A Presidente da Mesa da Assembleia passou ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, tendo-se inscrito para intervir o Membro da Assembleia Maria Manuela Mendes Rosa Marques.----------

A supramencionada usou da palavra para questionar a sinalização existente no cruzamento da Rua do Colégio com a Rua da Indústria, chamando a atenção para o facto de os semáforos se encontrarem avariados há um período prolongado. Considerou pertinente ponderar a colocação de sinalização complementar que permita salvaguardar situações desta natureza, sobretudo tendo em conta as condições particulares de circulação e visibilidade existentes no local. Referiu, em particular, as dificuldades de visibilidade para quem circula proveniente da Rua da Indústria, devido à zona de estacionamento existente, salientando que não se trata de um cruzamento convencional, uma vez que não estão reunidas condições de visibilidade adequadas e idênticas para os diferentes sentidos de circulação. Nesse sentido, sugeriu que, enquanto os semáforos não se encontrarem em pleno funcionamento, seja equacionada a colocação de sinalização que defina

de forma mais clara as prioridades de circulação, nomeadamente através da atribuição de prioridade aos veículos que circulam na Rua das Cinco Vilas. Considerou que tal medida poderá contribuir para evitar situações de hesitação ou de interpretação incorreta das regras de prioridade, levando os condutores provenientes da Rua do Colégio e da Rua da Indústria a redobrar os cuidados e a verificar devidamente as condições de circulação antes de avançarem para o cruzamento.----------

O Presidente da Junta reconheceu que o prolongado período de inoperacionalidade dos semáforos constitui uma situação lamentável e preocupante, referindo que a própria Câmara Municipal tem conhecimento do problema. Informou que, de acordo com a informação transmitida pelos serviços municipais, o atraso na resolução da situação estará relacionado com o procedimento de aquisição dos equipamentos, considerando, contudo, que tem existido alguma demora na concretização da respetiva solução. Esclareceu, ainda, que, relativamente à Rua do Colégio, o equipamento já se encontra instalado, faltando proceder à sua operacionalização, encontrando-se atualmente em funcionamento intermitente há cerca de um mês. Mais referiu que, enquanto os semáforos não se encontrarem em funcionamento, deverão ser observadas as regras de prioridade previstas no Código da Estrada, designadamente as regras gerais de cedência de passagem. Não obstante, reconheceu que as condições particulares de visibilidade existentes no local justificam uma atenção acrescida e que a existência de sinalização complementar poderá contribuir para reforçar a segurança rodoviária.---------

Na sequência da intervenção, o Membro da Assembleia Maria Manuela Mendes Rosa Marques reforçou a preocupação relativamente às condições de visibilidade existentes no cruzamento, nomeadamente para quem circula proveniente da Rua da Indústria.----------

Perante o exposto, o Presidente da Junta manifestou a sua concordância com a pertinência da questão colocada e comprometeu-se a sinalizar a situação junto do Município, solicitando esclarecimentos quanto à previsão para a resolução definitiva da avaria dos semáforos e transmitindo, igualmente, a preocupação relativa à necessidade de reforçar a sinalização de prioridade enquanto o equipamento não se encontrar operacional. O Presidente da Junta considerou, ainda, que a possibilidade de instalação de sinalização que estabeleça de forma clara a prioridade para quem circula na Rua das Cinco Vilas constitui uma solução que merece ser analisada, manifestando a sua concordância com a sugestão apresentada pelo Membro da Assembleia Maria Manuela Mendes Rosa Marques.----------

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM

Passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos onde a Presidente de Mesa de Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo o qual passou a falar sobre os assuntos da Junta de Freguesia.----------

O Presidente da Junta cumprimentou os presentes e, de forma sucinta, apresentou um balanço das principais iniciativas e acontecimentos ocorridos desde a última reunião da Assembleia, realizada em abril.----------

Começou por destacar a realização da Corrida das Quatro Estações,

relativamente à qual, na anterior reunião, já havia sido abordado o seu potencial impacto, positivo ou negativo, na comunidade local. Considerou que, apesar de se tratar de um evento de grande dimensão, foi possível enquadrá-lo de forma positiva e adequada na comunidade de Avelar. Referiu que a iniciativa contou com a participação de mais de mil atletas, estimando-se que tenham estado presentes cerca de mil e quinhentas pessoas, entre participantes, acompanhantes e público em geral, o que representou uma afluência significativa à freguesia. O Presidente lamentou, contudo, que alguns estabelecimentos de restauração e comércio local não tenham conseguido antecipar a dimensão do fluxo de pessoas gerado pelo evento, apesar da informação previamente transmitida pela organização e pela Junta de Freguesia. Salientou que, apenas após a realização da iniciativa, alguns operadores económicos se terão apercebido das oportunidades de negócio associadas à presença de um número tão elevado de pessoas na freguesia. Nesse sentido, considerou que, caso a Corrida das Quatro Estações volte a realizar-se no próximo ano, os estabelecimentos comerciais, nomeadamente os ligados à restauração, poderão preparar-se atempadamente e aproveitar melhor o potencial económico associado ao evento, referindo que, durante a iniciativa, foram várias as pessoas que procuraram informação sobre os locais onde poderiam almoçar. No balanço efetuado pela Junta de Freguesia, o Presidente considerou que a realização da iniciativa teve um resultado globalmente muito positivo, destacando igualmente a articulação estabelecida com o Município, que assumiu também responsabilidades no financiamento da atividade. Referiu que o Presidente da Câmara Municipal e o respetivo Executivo transmitiram igualmente uma avaliação positiva da iniciativa, considerando que a mesma contribuiu para a promoção do concelho e, em particular, da Freguesia de Avelar. Por fim, salientou que, do ponto de vista desportivo, a iniciativa decorreu de forma satisfatória, não tendo sido identificadas situações relevantes ou ocorrências que justificassem especial preocupação por parte da organização, considerando-se, também neste aspeto, cumpridos os objetivos previstos.----------

Informou a Assembleia de que, no dia 2 de junho, se realizou a visita do Presidente da Câmara Municipal à Freguesia de Avelar, após sucessivos adiamentos da data inicialmente prevista. Referiu que, desde o início, a Junta de Freguesia procurou aproveitar esta oportunidade para apresentar ao Executivo Municipal as principais prioridades da freguesia, tendo para o efeito sido previamente partilhado um documento com as propostas e necessidades identificadas.----------

Durante a manhã, realizou-se uma reunião no espaço da Junta de Freguesia, com a presença do Presidente da Câmara Municipal e de elementos do respetivo Executivo, na qual foram apresentadas e atualizadas as principais questões consideradas prioritárias para a freguesia. Seguiu-se um dia de trabalho dedicado à análise e discussão de diversos assuntos de interesse para Avelar. Entre os temas abordados, destacou-se a intervenção prevista para a zona do Pelourinho, abrangendo o Largo/Rua 12 de Novembro e a respetiva envolvente. O Presidente da Junta salientou a

importância desta intervenção para a preservação e valorização da memória e da história da Vila de Avelar, considerando que aquela zona corresponde a um dos núcleos mais antigos da freguesia e que nela se encontram elementos relevantes do seu património histórico, nomeadamente o Pelourinho, a Igreja e o antigo cemitério.----------
Informou que o Município já mandou elaborar o respetivo projeto, cujo valor estimado é de cerca de 600.000 euros, tratando-se de uma intervenção de dimensão significativa. Para além da relocalização do Pelourinho para a zona central do cruzamento, o projeto contempla a requalificação das redes de abastecimento de água e de saneamento, bem como a requalificação do espaço público e dos pavimentos da Rua da Vila, da Rua 12 de Novembro e da Rua das Flores, incluindo a respetiva ligação à zona envolvente. O Presidente da Junta explicou que a intervenção inicialmente prevista foi posteriormente alargada, com o objetivo de assegurar uma requalificação mais abrangente da Rua da Vila, prolongando-se a intervenção para além da zona inicialmente considerada. Esta alteração contribuiu para o aumento significativo do valor global do projeto. Referiu, contudo, que o atual Presidente da Câmara Municipal manifestou algumas reservas relativamente à dimensão e ao tratamento mais abrangente inicialmente propostos para a intervenção. O Presidente da Junta salientou, ainda assim, que, durante a visita, procurou transmitir a importância que a Junta atribui à valorização daquela zona histórica e à necessidade de conferir dignidade ao património e à memória coletiva da Vila de Avelar. Informou igualmente que o projeto se encontra atualmente em apreciação pelos serviços competentes do Ministério da Cultura, em Coimbra, tendo sido solicitado ao Município um estudo geológico das pedras que constituem o Pelourinho. O objetivo será assegurar a devida documentação e catalogação dos seus elementos, de forma a permitir que, após a desmontagem, fique devidamente registado o modo de reconstrução e reposicionamento do monumento no novo local. Segundo a informação transmitida, trata-se de um procedimento habitual em intervenções desta natureza. Foi ainda referido que, no perímetro de 50 metros em redor do Pelourinho, existem condicionantes à realização de intervenções que impliquem a demolição das fachadas dos edifícios antigos. Neste contexto, foi analisada a possibilidade de demolição de um imóvel existente nas proximidades do Pelourinho, com vista à criação de um espaço de maior amplitude e à sua valorização visual. Contudo, tal solução não poderá ser concretizada nos termos inicialmente equacionados, uma vez que as fachadas existentes deverão ser preservadas. Poderão, eventualmente, ser realizadas intervenções no interior dos edifícios, mas sem comprometer a preservação das fachadas que integram a envolvente histórica do Pelourinho. Relativamente à proposta de relocalização do Pelourinho para a zona central da via, o Presidente da Junta informou que, do ponto de vista técnico e da circulação rodoviária, já foi verificada a sua viabilidade, não se prevendo constrangimentos significativos para o trânsito, uma vez que a circulação poderá manter-se nos moldes atualmente existentes. Foi também abordada a possibilidade de aquisição, pelo Município, de um imóvel localizado nas proximidades do

antigo Café Boss, atualmente em avançado estado de degradação, que, segundo o "historiador" Raul Coelho, poderá corresponder ao antigo edifício da Câmara Municipal de Avelar, quando a localidade foi sede de concelho. O Presidente da Junta esclareceu que esta identificação não constitui uma certeza histórica absoluta, mas resulta de uma análise realizada pelo referido historiador, que encontrou semelhanças entre aquele edifício e outros imóveis existentes no país, podendo tratar-se de uma construção baseada num modelo ou projeto utilizado em diferentes localidades. Segundo a interpretação apresentada, o edifício poderá ter funcionado como sede dos serviços municipais, sendo possível que o rés-do-chão tivesse sido destinado a funções como cadeia e o primeiro andar a áreas administrativas. Neste contexto, foi igualmente discutida a possibilidade de o Município proceder à aquisição e requalificação do imóvel, com vista à sua valorização enquanto elemento do património histórico local e à recuperação simbólica da sua antiga função, ainda que num contexto meramente representativo.----------

Outro dos assuntos abordados durante a visita relacionou-se com uma intervenção privada prevista para a Rua das Flores, cuja reduzida largura constitui atualmente um constrangimento à circulação rodoviária. Segundo o Presidente da Junta, encontra-se em negociação a possibilidade de o novo imóvel a construir naquele local recuar cerca de quatro metros relativamente ao alinhamento atual, permitindo aumentar a largura da via, atualmente estimada em cerca de 2,5 a 3 metros, para aproximadamente 5 a 6 metros. Esta solução implicaria, contudo, uma redução da área disponível para construção, razão pela qual o proprietário do terreno terá manifestado algumas reservas. Estão, por isso, a ser analisadas pelo Município e pelo proprietário possíveis soluções que permitam compatibilizar os interesses de ambas as partes, nomeadamente através do eventual recuo da construção e da utilização de um caminho existente nas traseiras, identificado como público, de forma a compensar parcialmente a área de construção perdida na frente do imóvel.----------

O Presidente da Junta salientou que todos estes procedimentos exigirão tempo, uma vez que envolvem diversas entidades e processos, designadamente a apreciação do projeto pelo Ministério da Cultura, a realização e envio do estudo geológico do Pelourinho, a concretização das negociações relativas à intervenção privada e a eventual aquisição do imóvel que poderá corresponder à antiga Câmara Municipal de Avelar. Por fim, informou que, no âmbito das conversações realizadas com o Executivo Municipal, foi manifestada a intenção de privilegiar este investimento para a Vila de Avelar no âmbito do Orçamento Municipal de 2028. Considerou, contudo, que o ano de 2027 deverá ser essencialmente dedicado à preparação e conclusão dos diversos procedimentos necessários, de modo a criar as condições para que a intervenção possa avançar em 2028. Concluiu referindo que a Junta de Freguesia continuará a acompanhar o desenvolvimento do projeto e a diligenciar junto do Município no sentido de assegurar a concretização desta intervenção, considerada de elevada importância para a valorização do património, da história e da identidade da Freguesia de Avelar.----------

Foi realizada uma deslocação ao Barreiro da Leca, embora o Presidente da Câmara já tivesse conhecimento do local, esta deslocação constituiu, segundo o próprio, a primeira visita ao espaço enquanto Presidente da Câmara. Informalmente, referiu que havia estado no local alguns dias antes, com o objetivo de conhecer pessoalmente o espaço e perceber melhor as suas características, uma vez que, até então, apenas conhecia o Barreiro da Leca de ouvir falar.----------
Aquando dessa primeira visita, ainda não tinha ocorrido a tempestade Kristin, pelo que permanecia no local a área arborizada existente, constituída, designadamente, pelos cedros que proporcionavam uma significativa zona de sombra e que poderiam ser devidamente valorizados no âmbito da futura utilização do espaço como zona de lazer. Na visita agora realizada, o Presidente da Câmara manifestou-se surpreendido com o impacto provocado pela tempestade Kristin, nomeadamente nos exemplares arbóreos existentes. A visita contou igualmente com a presença da Engenheira Cristina Freire, Gestora Executiva da Leca de Portugal, que acompanhou os trabalhos e a visita ao local.----------
Relativamente à situação dos terrenos do Barreiro da Leca, foi novamente abordada a questão da transferência dos mesmos para o domínio público. Recordou-se que o respetivo protocolo foi assinado em 2012, tendo entretanto decorrido cerca de catorze anos sem que a transferência dos terrenos se tenha concretizado. Foi salientado que, ao longo deste período, têm sido realizadas diversas diligências por parte da Junta de Freguesia e do Município, designadamente através de contactos, reuniões e conversações com a Leca Portugal, envolvendo os atuais e anteriores responsáveis autárquicos. Esta questão tem atravessado vários mandatos municipais, tendo sido acompanhada pelos anteriores Presidentes da Câmara, nomeadamente Rui Rocha e António Domingues, e, atualmente, pelo Presidente Jorge Cancelinha. De acordo com as informações transmitidas pela Engenheira Cristina Freire, o processo estará próximo da sua resolução, tendo sido manifestada a expectativa de que a transferência dos terrenos possa ficar concluída durante o presente verão. Foi igualmente transmitido que o Presidente da Câmara considera que o espaço do Barreiro da Leca reúne condições para justificar um investimento municipal na sua requalificação e transformação numa zona de lazer, admitindo-se, caso seja possível, o recurso a financiamento comunitário para esse efeito. Na ausência desse financiamento, foi manifestada a disponibilidade para que o Município possa assumir um investimento próprio, de forma a concretizar um objetivo que há vários anos tem vindo a ser defendido pelas entidades autárquicas locais. Foi ainda abordada a necessidade de assegurar a adequada separação e proteção da área que continuará afeta à atividade de extração de argila, caso esta se mantenha, bem como de acautelar as responsabilidades e intervenções necessárias por parte do Município após a transferência dos terrenos para o domínio público. Considerou-se, assim, que ficou clara a intenção do Presidente da Câmara de manter o Município alinhado com o objetivo de valorizar e requalificar o Barreiro da Leca, concretizando uma intervenção há muito reivindicada e que tem sido

igualmente assumida como compromisso político ao longo dos vários atos eleitorais. Embora não tenha sido definida uma calendarização concreta para a intervenção, foi referido que o atual mandato municipal já possui prioridades estabelecidas, podendo o ano de 2029 constituir um horizonte adequado para a concretização de uma intervenção mais próxima daquele que poderá vir a ser o projeto final para o Barreiro da Leca.----------
Foi realizada, também, uma visita à Avelmod, nomeadamente ao respetivo Complexo Fabril. Neste âmbito, foram retomadas as expectativas anteriormente manifestadas na reunião realizada em abril, procurando perceber, após a mudança do executivo municipal, quais seriam as orientações e estratégias do atual executivo relativamente àquele espaço.----
Foi com satisfação que se verificou existir, por parte do atual executivo municipal, a intenção de intervir no Complexo Fabril da Avelmod, qualificando e valorizando o espaço e enquadrando-o numa estratégia de apoio ao tecido empresarial. De acordo com o entendimento manifestado pelo Presidente da Câmara, o espaço poderá assumir uma função de incubadora de empresas, constituindo uma extensão da política de apoio empresarial atualmente desenvolvida através do Centro de Negócios. Foi referido que a capacidade atualmente existente no Centro de Negócios se encontra praticamente esgotada no que respeita à sua função de apoio e incubação empresarial, pelo que o Complexo Fabril da Avelmod poderá permitir ampliar essa resposta, disponibilizando novos espaços destinados à instalação e desenvolvimento de empresas e projetos empresariais.----------
Foi igualmente equacionada a criação de espaços de coworking, destinados a pessoas que necessitem de um local de trabalho tranquilo e equipado, nomeadamente com acesso à internet, serviços de impressão e outros meios necessários ao desenvolvimento da sua atividade. Estes espaços poderão ser utilizados de forma flexível e mediante um custo reduzido, constituindo uma solução para trabalhadores, empreendedores ou outros utilizadores que necessitem temporariamente de um espaço de trabalho, designadamente enquanto aguardam por reuniões ou desenvolvem determinado projeto.-------
No que respeita ao projeto anteriormente, apresentado no ano transato durante a Semana da Vila, foi referido que a sua conceção inicial terá sido reformulada, mantendo-se, contudo, o mesmo projetista e a empresa que esteve na génese da proposta inicial. A principal alteração prende-se com o enquadramento e a funcionalidade do espaço, que passará a estar mais direcionado para a criação de uma incubadora de empresas e para o apoio à atividade empresarial. A filosofia de intervenção continuará, contudo, a privilegiar a flexibilidade e a adaptabilidade dos espaços, através da utilização de estruturas e paredes amovíveis, permitindo ajustar a configuração das instalações às diferentes necessidades e dimensões dos projetos que venham a ser acolhidos. Foi ainda considerada a possibilidade de enquadrar esta intervenção numa linha de financiamento do IIBT – Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, que abrange 24 municípios integrados em cinco comunidades intermunicipais da região e dispõe de uma dotação global de cerca de 60 milhões de euros. Neste contexto, foi manifestada a expetativa de que a verba de aproximadamente

um milhão de euros que poderá ser atribuída ao Município de Ansião possa ser canalizada para a requalificação e valorização deste edifício, permitindo concretizar uma intervenção estruturante no Complexo Fabril da Avelmod e reforçar a capacidade de apoio ao empreendedorismo e à atividade empresarial no concelho. Considerou-se, assim, que a intervenção neste espaço poderá constituir uma oportunidade relevante para a criação de novas respostas de apoio às empresas, ao empreendedorismo e ao trabalho em regime de coworking, aguardando-se a evolução do projeto e a eventual concretização do respetivo financiamento.----------
Relativamente à requalificação da Escola n.º 2 de Avelar, foi referido que, no âmbito da rubrica "Refletir Avelar", integrada no programa da Semana da Vila, estará, hoje, presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que irá apresentar publicamente o projeto de requalificação daquele estabelecimento de ensino, já aprovado em reunião de Câmara, e cuja candidatura será submetida para obtenção de financiamento. O projeto representa um investimento estimado em cerca de cinco milhões de euros, podendo vir a constituir, caso seja aprovado, o maior investimento realizado até ao momento pela Câmara Municipal no concelho de Ansião.----------
O Presidente do Executivo dirigiu um convite aos membros da Assembleia para que participassem na iniciativa "Refletir Avelar", que terá lugar nessa noite, a partir das 21h00, constituindo uma primeira oportunidade para conhecer publicamente o projeto de requalificação da Escola n.º 2 de Avelar e os seus principais objetivos e características.----------
Foi ainda abordada a construção das infraestruturas da Avenida que fará a ligação entre a Rua da Rapoula e a Praça Elvira Barata. Foi referido que a empreitada se encontra adjudicada, estando já identificado o respetivo empreiteiro, a empresa LusoSICÓ, pelo valor de 354.659 euros. Apesar de ter sido inicialmente apontado o mês de junho como previsão para o início dos trabalhos, até à data a obra ainda não teve início, aguardando-se que o mesmo ocorra em breve. Foi, assim, manifestada a expetativa de que a empreitada possa iniciar-se brevemente, permitindo concretizar uma intervenção considerada relevante para a melhoria das infraestruturas e da ligação entre aqueles dois espaços.----------
Foi ainda abordada a requalificação da Rotunda do Colégio, intervenção que se encontra integrada no programa da Semana da Vila e cuja inauguração está prevista para o próximo domingo, pelas 17h30. Foi referido que estará presente o projetista da intervenção, Professor Fernando Freire, que esteve também no local para acompanhar os trabalhos, encontrando-se a intervenção praticamente concluída, estando apenas a aguardar os trabalhos finais de limpeza e preparação do espaço para a inauguração.-------
Foi explicado que a conceção da intervenção teve como principal inspiração a proximidade da escola e a ideia de criar uma representação simbólica de uma biblioteca. Para o efeito, foi concebida uma estrutura em pedra que representa um conjunto de livros e que integra um banco ao longo da sua extensão. Na parte posterior do banco serão instaladas estruturas que representarão estantes, nas quais serão futuramente colocados livros identificados com os nomes dos professores que lecionaram na Escola de

Avelar. Na inauguração serão colocados exemplares meramente representativos, estando prevista, numa fase posterior, a concretização do conceito de forma mais estruturada. Para esse efeito, foi já realizado um contacto com a Diretora do Agrupamento de Escolas de Ansião, tendo sido equacionada a criação de uma comissão que acompanhe e dinamize este processo. A referida comissão poderá integrar representantes da Escola de Avelar, da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e de outras entidades ou pessoas que venham a ser consideradas pertinentes. Caberá a esta comissão, após a sua constituição e mediante reuniões a realizar ao longo do tempo, definir os procedimentos para a seleção dos nomes dos professores que serão representados nos livros. Foi salientado que este processo deverá ser desenvolvido com a necessária formalidade e sensibilidade, nomeadamente tendo em consideração a necessidade de obter a autorização das respetivas famílias, quando aplicável, e de assegurar que os procedimentos adotados respeitam as pessoas homenageadas e os seus familiares. Foi igualmente referida uma segunda questão que poderá ser objeto de análise no âmbito deste trabalho: a atribuição de uma designação à Escola de Avelar. Atualmente, o estabelecimento é identificado como Escola n.º 2 de Avelar, por oposição à Escola n.º 1, situada em Ansião, que possui a designação de Escola Dr. Pascoal José de Mello. Foi considerado pertinente avaliar a possibilidade de atribuir um nome à Escola de Avelar, existindo já várias propostas que poderão vir a ser analisadas. Nesse sentido, a futura comissão poderá igualmente desenvolver trabalho no âmbito da identificação e avaliação de possíveis personalidades ou designações a associar à escola, procurando envolver a comunidade escolar e as entidades locais neste processo. Foi, por fim, manifestada a intenção de apresentar oportunamente esta proposta à Assembleia de Freguesia, solicitando o seu contributo para a constituição da referida comissão e para o desenvolvimento das iniciativas associadas à valorização da Escola de Avelar e da memória daqueles que nela exerceram funções docentes.----------

Foi ainda abordada a requalificação do Quiosque da Praça, cuja conclusão estava inicialmente prevista para uma data anterior. Nesse âmbito, foi realizada, no próprio dia, uma reunião com o empreiteiro, tendo sido transmitido que a obra se encontra praticamente concluída, faltando apenas alguns elementos, nomeadamente os separadores destinados a garantir a privacidade nas instalações sanitárias. Apesar de as instalações se encontrarem preparadas para entrar em funcionamento, a ausência desses elementos impede, por razões de funcionalidade e privacidade, a sua abertura à população. Foi manifestada a expetativa de que esta questão seja ultrapassada com a maior brevidade possível, permitindo disponibilizar as instalações sanitárias à população, uma necessidade que já havia sido sentida durante a realização de atividades recentes naquele espaço, designadamente o terceiro Encontro de Grupos de Cantares.----------

Relativamente à outra componente do projeto, foi referido que se encontra igualmente preparada a abertura do espaço destinado a funcionar como posto avançado da Junta de Freguesia, estando prevista a sua inauguração para o próximo domingo, durante a tarde. O espaço encontra-se equipado e

dotado do mobiliário necessário ao seu funcionamento. Para assegurar o atendimento e funcionamento deste novo serviço, foi identificada a necessidade de dispor de um recurso humano permanente. Nesse sentido, foi referida a integração da colaboradora Andreia Inês Góis, que possui experiência e conhecimentos relevantes para o exercício destas funções, nomeadamente pela sua anterior experiência profissional na AEDA e no Centro de Emprego. A sua integração está a ser realizada através de um programa do Centro de Emprego, atualmente designado "Ativação Mais", estando prevista a sua permanência até meados de novembro. Durante este período será possível avaliar o funcionamento do serviço e a adequação da colaboradora às funções a desempenhar, bem como preparar, se necessário, uma solução de continuidade. Foi ainda referido que esta necessidade de reforço dos recursos humanos se prende não apenas com o funcionamento do novo serviço, mas também com a necessidade futura de assegurar a continuidade das funções atualmente desempenhadas pela colaboradora Armanda. Nesse contexto, caso se conclua pela necessidade de manter este recurso humano de forma permanente, será necessário recorrer a um procedimento de recrutamento através de concurso público, ao qual poderão concorrer todos os interessados que reúnam os requisitos legalmente estabelecidos, incluindo, naturalmente, a atual colaboradora, caso mantenha essa disponibilidade e reúna as condições exigidas.----------

Foi apresentada a valência do Espaço do Cidadão, cuja implementação constitui um objetivo com vários anos e que tem vindo a ser progressivamente alargado a diferentes localidades do país. Este serviço permitirá aos cidadãos tratar, num único espaço e de forma mais próxima, de um conjunto alargado de assuntos que, atualmente, poderão obrigar a deslocações a outros municípios, nomeadamente a Coimbra ou Leiria. Estarão disponíveis cerca de 170 serviços, abrangendo diversas áreas, entre as quais documentação automóvel, renovação da carta de condução, obtenção de equivalências para cartas de condução estrangeiras, apoio em processos de regularização e legalização de cidadãos estrangeiros, serviços relacionados com eletricidade e gás, negociação de tarifários de telecomunicações, seguros, pagamento de faturas, carregamento de telemóveis e de títulos de transporte, serviços associados aos registos civil, comercial e predial, bem como diferentes serviços e apoios relacionados com empresas e investimento. Serão igualmente disponibilizados serviços de apoio à constituição de empresas, contratação, projetos de investimento, nomeadamente no âmbito do PT2030, aconselhamento a investidores e outros serviços de natureza administrativa e empresarial. O funcionamento deste serviço assentará numa plataforma própria, à qual a Junta de Freguesia aderiu formalmente, tendo sido suportado um custo de adesão de 750 euros, acrescido de IVA.----------

Foi esclarecido que a intervenção da Junta de Freguesia consistirá essencialmente no atendimento inicial dos cidadãos e na inserção dos respetivos pedidos na plataforma. Após esse procedimento, os processos serão encaminhados para as entidades e estruturas competentes que integram a rede de apoio do Espaço do Cidadão, não cabendo à Junta tratar

diretamente da totalidade dos assuntos apresentados. Desta forma, pretende-se evitar deslocações dos cidadãos a serviços localizados noutros municípios, designadamente às Lojas do Cidadão, tribunais, serviços de Finanças ou outras entidades, proporcionando uma resposta mais próxima, acessível e centralizada. Foi, por fim, manifestada a expetativa de que a implementação deste serviço constitua uma mais-valia para a população da freguesia e permita aproximar os serviços públicos dos cidadãos, contribuindo igualmente para a sustentabilidade do recurso humano necessário ao seu funcionamento, através das receitas associadas aos serviços prestados, que serão repartidas entre a Junta de Freguesia e a entidade responsável pela rede do Espaço do Cidadão.----------

Foi referida, a intervenção de requalificação urbanística da Praça Costa Rego, atualmente em curso, que prevê o prolongamento da praça até ao cruzamento, com o objetivo de conferir maior dignidade e segurança ao espaço, bem como promover a redução da velocidade de circulação automóvel naquela zona. De acordo com as informações prestadas pelo responsável pela obra, prevê-se que a intervenção esteja concluída durante o mês de julho, estando a mesma organizada em quatro fases. A primeira fase, atualmente em execução, encontra-se associada à Rua da Rapoula; a segunda estará relacionada com a Rua Nova; a terceira abrangerá a zona da Praça, junto à igreja; e a quarta e última fase incidirá sobre a restante área da praça. Foi igualmente salientado que a intervenção terá alguns impactos na circulação rodoviária, nomeadamente no acesso à farmácia, que, durante determinada fase dos trabalhos, terá de ser efetuado em sentido contrário ao habitual. Apesar dos constrangimentos previstos no trânsito, estima-se que a intervenção esteja concluída em meados ou finais de julho.----------

Foi abordada a obra de requalificação do lugar das Águas Férreas, estando previsto, de acordo com as informações disponíveis, o seu início durante o mês de julho do corrente ano.----------

Foi dada particular atenção ao projeto de segurança rodoviária para a Rua Nova, tendo ficado definido, em articulação com o Presidente do Município, que esta rua constituirá uma das principais intervenções a realizar pelo Município em 2027. A intervenção na Rua Nova terá como principal objetivo a melhoria das condições de circulação e segurança dos peões, nomeadamente através da criação e continuidade dos passeios até à zona do supermercado do "Castiço", junto à bifurcação com a Rua das Cinco Vilas. Durante a análise do projeto foram identificadas diversas situações ao longo do percurso, tendo sido avaliadas as possibilidades de intervenção em cada uma delas. Algumas poderão ser solucionadas com relativa facilidade, enquanto outras apresentam maiores constrangimentos, designadamente por envolverem propriedades privadas e, em determinados casos, a eventual demolição de edificações. A intervenção pretende, assim, dotar a Rua Nova de condições adequadas de circulação pedonal, garantindo, tanto quanto possível, a existência de passeios em ambos os lados da via. Simultaneamente, procurar-se-á preservar o maior número possível de lugares de estacionamento, conciliando essa necessidade com a melhoria das condições de segurança e mobilidade dos peões. Neste sentido, pretende-se

criar um espaço que permita uma circulação pedonal mais segura e contínua, evitando que os peões tenham de circular entre os veículos estacionados ou de entrar na faixa de rodagem para prosseguir o seu percurso. Ficou, deste modo, identificada a intervenção na Rua Nova como um dos projetos a desenvolver pelo Município em 2027.----------
Foi abordada a possibilidade de intervenção na Rua de Figueiró dos Vinhos, considerando-se que esta será uma intervenção necessária, sobretudo tendo em conta o eventual investimento a realizar no Barreiro da Leca. Nesse sentido, foi salientada a necessidade de dotar a Rua de Figueiró dos Vinhos de melhores condições de segurança e mobilidade, nomeadamente através da instalação de iluminação pública, da construção de passeios e da criação de uma ciclovia. Esta ciclovia deverá permitir a ligação ao Camporês e, posteriormente, a Ansião, integrando-se numa rede de mobilidade ciclável mais abrangente. Foi ainda equacionada a possibilidade de estabelecer uma ligação ciclável entre a zona do Barreiro e a Ribeira de Alge, criando uma ligação que poderá contribuir para a valorização turística e económica de Avelar. Considerando o elevado número de visitantes que diariamente se deslocam à Ribeira de Alge, esta ligação ciclável poderá constituir uma oportunidade para encaminhar parte desse fluxo turístico para Avelar, proporcionando aos visitantes acesso a um conjunto mais diversificado de serviços e equipamentos que atualmente não se encontram disponíveis naquela zona. Assim, a criação desta ligação ciclável entre a Ribeira de Alge e Avelar foi considerada uma possibilidade com interesse não só ao nível da mobilidade sustentável, mas também enquanto instrumento de valorização turística e de dinamização do comércio e dos serviços locais.----------
Foi mencionada a possibilidade de intervenção na rotunda de confluência com o IC8, abrangendo a zona dos terrenos pertencentes ao Atlético e às Infraestruturas de Portugal. Foi salientado que qualquer projeto a desenvolver para aquele local deverá necessariamente considerar e integrar a participação das Infraestruturas de Portugal, atendendo à titularidade de parte dos terrenos e às condicionantes associadas à infraestrutura rodoviária.----------
Relativamente à Rua da Rapoula e à da Silveirinha, foi manifestada a necessidade urgente de intervenção, nomeadamente ao nível da repavimentação das vias e da requalificação da rede de abastecimento de água, cuja infraestrutura apresenta atualmente graves deficiências e mais de 50 anos de existência.----------
Foi também abordada a necessidade de substituir a atual pavimentação em calçada da Rua da Fonte da Bucha por pavimento betuminoso, de forma a melhorar as condições de circulação naquela via.----------
No que diz respeito à urbanização da Baiúca, foi igualmente identificada a necessidade de uma intervenção de requalificação, com o objetivo de melhorar as condições existentes e dotar aquele espaço de melhores condições de utilização.----------
Quanto à Rua da Sarnada, foi reconhecida a necessidade de intervenção, atendendo ao atual estado de conservação da via. Ficou previsto que esta intervenção será realizada no âmbito do contrato interadministrativo,

através do investimento da freguesia.----------
Foi ainda abordada a situação do Ribeiro da Rapoula, tendo sido considerada a necessidade de proceder à sua limpeza e manutenção, de modo a garantir melhores condições para a sua fruição pela população, designadamente para passeios e atividades de lazer.----------
Foi analisada a problemática relacionada com os locais de deposição de resíduos volumosos e monos, nomeadamente junto ao Centro de Saúde. Neste âmbito, foi apresentada pelo Município a proposta de concentração da deposição destes resíduos num espaço localizado junto ao estaleiro da Câmara Municipal, em Ansião, com encerramento progressivo dos restantes pontos de deposição existentes. Este espaço está sujeito a vigilância, vedação e controlo de acesso, permitindo uma gestão mais adequada e segura dos resíduos. Foi referido que, numa fase posterior, poderão ser criados outros espaços com características semelhantes noutros locais do concelho, de forma a facilitar o acesso da população à deposição de monos e resíduos volumosos. Neste contexto, foi analisada a possibilidade de criação de um espaço desta natureza em Avelar, tendo sido identificada como possível localização um terreno municipal situado na Rua do Cardal. Trata-se de um espaço onde, anteriormente, chegou a ser equacionada a instalação de uma zona industrial e que, pelas suas características e localização, poderá constituir uma solução adequada, desde que sejam asseguradas as necessárias condições de segurança e controlo. Foi, nomeadamente, considerada a possibilidade de instalação de uma vedação e de um sistema de abertura com controlo à distância, permitindo regular o acesso ao espaço e garantir uma utilização devidamente organizada. Assim, este local poderá constituir uma opção a apresentar ao Município para a eventual criação, em Avelar, de um centro de recolha de resíduos volumosos e monos.----------
Foi mencionada a situação das habitações da PVT – Polícia de Viação e Trânsito -, tendo sido referido que o Município demonstra interesse em acompanhar e desenvolver soluções no âmbito da habitação controlada e da habitação social. Neste contexto, foi referido que poderá estar para breve o início do desenvolvimento de um projeto para aquele conjunto habitacional. Contudo, para que tal seja possível, será necessário que os respetivos imóveis passem previamente para o domínio municipal. Atualmente, os imóveis permanecem sob a propriedade do Ministério da Administração Interna, encontrando-se em curso um processo de alienação que poderá permitir a sua transferência para os municípios ou, eventualmente, para entidades privadas. O Município encontra-se, assim, a desenvolver esforços no sentido de acompanhar e agilizar este processo de alienação, procurando que a transferência dos imóveis para o domínio municipal possa concretizar-se com a maior brevidade possível, de forma a permitir posteriormente a implementação de uma solução de habitação de interesse municipal.----------
Foi igualmente realizada uma visita à zona dos campos de ténis, tendo sido confirmada a necessidade de construção de um novo campo, especialmente vocacionado para a realização de jogos de maior relevância, nomeadamente finais e outras competições de maior dimensão. Foi considerada importante a criação de um campo com bancada para o público, que possa constituir

uma referência para a prática e realização de competições de ténis em Avelar. O Presidente da Câmara ficou, assim, informado desta necessidade e da importância que esta infraestrutura poderá assumir para a dinamização da modalidade na freguesia.----------
A visita terminou no Atlético Clube Avelarense, onde foi analisada a situação relativa à prevista intervenção no campo de futebol. Foi referido que o Município dispõe atualmente de uma verba de 200.000 euros inscrita em orçamento para a construção de um novo relvado. Contudo, o valor estimado para a intervenção ascende a aproximadamente 360.000 euros, verificando-se, assim, um défice de financiamento de cerca de 160.000 euros. A necessidade de reforço do investimento prende-se, em particular, com as características da base existente sob o atual relvado, constituída por leca, que apresenta um nível de consolidação insuficiente para receber adequadamente um novo relvado. A manutenção das condições atuais poderá comprometer a qualidade e regularidade da superfície de jogo. Neste âmbito, foram consideradas duas possíveis soluções para a execução da sub-base. Uma das opções consiste na utilização de uma base em betuminoso, solução habitualmente utilizada noutros campos, que apresenta como principal vantagem a garantia de maior estabilidade e regularidade da superfície. Contudo, esta solução poderá implicar um maior aquecimento do terreno e, consequentemente, do relvado, aumentando as necessidades de rega e manutenção. A segunda possibilidade passa pela manutenção da utilização de leca, solução que apresenta vantagens ao nível da drenagem. Na sequência de uma reunião realizada na Câmara Municipal, com a participação de um técnico especializado, foi, contudo, salientada a necessidade de proceder à adequada consolidação e compactação da leca, de modo a garantir a estabilidade necessária para a instalação do novo relvado. Esta solução implicará igualmente custos adicionais. Foi referido que, caso o Atlético Clube Avelarense pretenda avançar de imediato com a intervenção, o Município dispõe dos 200.000 euros já previstos em orçamento, permanecendo por assegurar cerca de 160.000 euros para fazer face ao custo total estimado da obra. Foi ainda mencionada a possibilidade de recurso a uma linha de financiamento existente, estando, contudo, a ser avaliada a sua aplicabilidade, uma vez que o montante máximo de apoio previsto será, aparentemente, de 50.000 euros. Face ao exposto, ficou evidenciada a necessidade de encontrar soluções adicionais de financiamento que permitam assegurar a execução integral da intervenção e a concretização do novo relvado do Atlético Clube Avelarense.----------
De seguida, foi abordada a questão da renovação do soalho da sala nascente da Escola do Fetal, bem como a necessidade de intervenção e renovação de diversos espaços do edifício da Junta de Freguesia, designadamente no arquivo e na biblioteca, assunto que já havia sido igualmente abordado na reunião anterior.----------
Foi também analisada a possibilidade de alargamento da Rua de Santo Amaro, na Rascoia, mediante a cedência de uma parcela de terreno particular. Foi referido que um proprietário manifestou disponibilidade para ceder parte do seu terreno para permitir o alargamento da via,

nomeadamente na zona de entrada para o Largo de Santo Amaro. Idêntica situação foi mencionada relativamente à Rua do Benigno, na Rapoula.---------
Relativamente à aquisição do terreno na Rua 5 de Outubro, destinado à integração na ETP Sicó, foi referido que se trata de uma parcela localizada antes das instalações da ETP Sicó, no acesso à referida rua. Foi explicado que, até ao momento, a utilização daquele espaço havia sido consentida à Associação Os Lentos da Roda. Neste contexto, foi manifestada a possibilidade, entretanto transmitida pelo Presidente do Executivo ao Presidente da Câmara Municipal, de ser equacionada a aquisição daquele terreno por parte do Município ou da Junta de Freguesia. Foi referido que o valor previsível da aquisição será de, pelo menos, 50.000 euros. Trata-se de um terreno com capacidade construtiva que poderá ser de grande utilidade para a escola, designadamente para estacionamento, sobretudo na sequência da venda da antiga fábrica do Senhor Fino.----------
Foi igualmente abordada a necessidade de alargamento do cemitério, tendo sido informado que existem atualmente apenas dois setores disponíveis, o que torna necessária a análise atempada de uma intervenção de ampliação.-
De seguida, foi abordada a situação da rede de abastecimento de água na Praça Costa Rego, tendo sido referido que se registam muitas ruturas por ano, evidenciando-se a necessidade de uma intervenção que permita solucionar os problemas recorrentes naquela infraestrutura.----------
Relativamente ao Centro de Saúde de Avelar, foi analisada a possibilidade de adaptação dos seus espaços para acolher a Unidade de Avaliação em Proximidade de Oftalmologia (UAPO), atualmente instalada no Hospital da Fundação Nossa Senhora da Guia. Foi explicado que, devido a questões relacionadas com a certificação exigida pelo Ministério da Saúde, não será possível manter aquela unidade nas atuais instalações. Nesse sentido, foi salientada a importância de garantir que este equipamento permaneça no Avelar, permitindo que o Centro de Saúde possa receber diariamente cerca de 20 utentes para a realização dos respetivos exames. As imagens obtidas através do equipamento são posteriormente transmitidas para a equipa clínica dos Centros Hospitalares e Universitários de Coimbra (CHUC), onde são analisadas e avaliadas pelos respetivos profissionais de saúde. Foi destacado que se trata de um equipamento de elevada diferenciação na área da oftalmologia e que a unidade terá uma abrangência regional, servindo não apenas o concelho de Ansião, mas também outros municípios da região, designadamente Pampilhosa da Serra, Góis e Sertã. Foi ainda salientado que a permanência deste serviço no Avelar contribuirá para reforçar a utilização regular do Centro de Saúde e para consolidar a sua importância enquanto equipamento de saúde de referência para a população da região.---
Foi também abordada a situação do Hospital da Fundação Nossa Senhora da Guia, designadamente no que respeita ao acordo celebrado para a recuperação de consultas de especialidade e cirurgias, assinado no dia 24 de novembro, na presença da Senhora Ministra da Saúde. Foi referido que, até ao momento, não houve ainda desenvolvimentos concretos relativamente ao acordado, nomeadamente quanto à possibilidade de o Ministério da Saúde instalar serviços de consultas de especialidade e cirurgia no Hospital do

Avelar. Foi ainda mencionado que existem informações no sentido de o referido acordo poder não ter continuidade, embora, até à data, não tenha sido formalmente alterado. Neste âmbito, foi informado que já se encontra agendada uma reunião com o Gabinete da Senhora Ministra da Saúde, com conhecimento do Presidente da Câmara Municipal, destinada a permitir à Administração da Fundação Nossa Senhora da Guia obter esclarecimentos relativamente aos desenvolvimentos previstos.----------

Foram, por fim, abordados os impactos provocados pela tempestade Kristin nos edifícios da Junta de Freguesia. Foi referido que, no salão da Assembleia de Freguesia, se verificam infiltrações de água sempre que ocorre precipitação, chegando esta a entrar através das luminárias e a escorrer para o interior do edifício. Idênticos problemas foram identificados no rés-do-chão. Foi realizada uma avaliação dos custos associados às intervenções necessárias, tendo sido constatado que já não existem, em stock, telhas iguais às atualmente existentes na cobertura do edifício. Face ao estado de conservação e à necessidade de intervenção antes do próximo período de inverno, foi considerado não ser aconselhável adiar a realização das obras. Neste âmbito, foi salientado que a Junta de Freguesia apresentou um pedido formal à Câmara Municipal para apoio financeiro à recuperação do edifício. O Presidente da Câmara Municipal levou o assunto a reunião de Câmara, tendo sido aprovada, por unanimidade, uma verba de 30.000 euros destinada a financiar as intervenções necessárias, nomeadamente a substituição da cobertura, do teto falso e do pavimento do edifício da Junta de Freguesia. Foi ainda informado que esta transferência deverá ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal, cuja reunião se encontra prevista para o dia 22 de junho, nas instalações da Sociedade Filarmónica Avelarense. Foi manifestado o agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal pela celeridade e disponibilidade demonstradas na resolução desta situação, tendo sido reconhecido que a Junta de Freguesia, por si só, não teria capacidade financeira para suportar integralmente a intervenção necessária.----------

Foi igualmente dado conhecimento de que a reunião da Assembleia Municipal de 22 de junho será a primeira reunião descentralizada numa freguesia deste mandato, tendo sido deliberado que a mesma se realize no Avelar, na sequência do processo de escolha efetuado em reunião da Conferência de Líderes.----------

De seguida, foi dado conhecimento do procedimento de ajuste direto/consulta prévia relativo à construção de bermas e valetas em calçada grossa, ao fornecimento e instalação do sistema de drenagem de águas pluviais na Rua da Sarnada e na Rua do Casalinho, bem como à realização de reparações pontuais em diversos passeios, nomeadamente na Rua Armando Moreira e na Rua do Colégio. Foi informado que a respetiva empreitada já se encontra adjudicada, pelo valor de 28.885 euros, acrescido de IVA. Foi explicado que o orçamento inicialmente previsto pela Junta de Freguesia era de 21.000 euros, correspondente ao valor do contrato interadministrativo celebrado com o Município. Face ao acréscimo de despesa decorrente da adjudicação da obra, bem como à previsão de entrada de novas verbas no orçamento da

Junta de Freguesia, designadamente os 30.000 euros de apoio municipal destinados às obras de recuperação do edifício e o reforço da verba prevista no contrato interadministrativo, foi considerada necessária a alteração do orçamento em vigor. Assim, foi esclarecido que a inclusão deste assunto na ordem de trabalhos desta Assembleia se deve à necessidade de proceder à revisão orçamental, decorrente da integração das referidas verbas, submetendo-se a mesma à apreciação e aprovação da Assembleia de Freguesia.----------

Manuela Marques, membro da Assembleia, usou da palavra para efetuar um apontamento relativamente à documentação submetida à apreciação da Assembleia de Freguesia. Referiu que, aquando da aprovação do orçamento na sessão anterior, foram detetadas algumas incorreções na transcrição de determinados valores constantes dos documentos apresentados. Questionou, nesse sentido, qual o procedimento a adotar relativamente à documentação que foi objeto de correção, considerando que os membros da Assembleia haviam rubricado os documentos inicialmente apresentados, incluindo a documentação relativa à prestação de contas que será remetida ao Tribunal de Contas. Mais concretamente, questionou se as folhas que foram posteriormente corrigidas e substituídas deveriam ser novamente rubricadas pelos membros da Assembleia, uma vez que os documentos inicialmente rubricados continham os erros entretanto identificados e corrigidos.----------

Em resposta, a Tesoureira do Executivo esclareceu que não seria necessário remeter todas as folhas ao Tribunal de Contas.----------

O Presidente do Executivo esclareceu, por sua vez, que a parte descritiva da documentação não é remetida ao Tribunal de Contas, sendo enviada apenas a documentação relativa à prestação de contas nos termos legalmente exigidos. Informou ainda que as folhas que continham as incorreções foram efetivamente substituídas, encontrando-se as versões corrigidas integradas no documento oficial, embora sem as rubricas dos membros da Assembleia. Mais esclareceu que o Tribunal de Contas procede à análise da documentação constante dos anexos finais que lhe são remetidos.----------

PONTO DOIS

No ponto dois da ordem de trabalhos: *Apreciar e aprovar o novo pacote de transferência de recursos financeiros, nos termos dos números 2 e 5 do Artigo 38.º da Lei 50/2018 de 16 de agosto, acordado entre o Município de Ansião e as Juntas de Freguesias do Concelho de Ansião, com impacto a partir de 1 de janeiro de 2027*, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Executivo, o qual apresentou o documento acima mencionado.----------

Foi explicado aos membros da Assembleia que este procedimento, de natureza anual, deverá ser concretizado até ao dia 30 de junho, competindo ao Município submeter à Assembleia Municipal os acordos estabelecidos com as freguesias relativos à transferência de competências e aos correspondentes recursos financeiros. Foi referido que este procedimento se encontra enquadrado, designadamente, pela Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, e pela legislação relativa à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, constituindo estes os

principais instrumentos legais aplicáveis à matéria em apreciação. Mais foi esclarecido que, caso até ao dia 30 de junho não seja submetida à DGAL, através da respetiva plataforma, qualquer deliberação da Assembleia Municipal que determine a alteração dos valores das transferências a efetuar no ano seguinte, se mantêm os montantes anteriormente em vigor. Neste contexto, e na sequência da negociação promovida entre o Município de Ansião e as freguesias do concelho, foi acordado um aumento de 15% relativamente aos valores anteriormente estabelecidos. Assim, para o ano de 2027, está previsto que a Freguesia de Avelar receba o montante de 46.574,00 €, sendo de salientar que o referido valor apenas produzirá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027.----------

Foi ainda prestada informação relativamente à evolução dos valores transferidos para a freguesia. O montante de 90.000,00 € corresponde à transferência prevista no Orçamento do Estado, efetuada em duodécimos, acrescendo-lhe os valores atribuídos pela DGAL em função das características da freguesia, designadamente a área, a população e a densidade populacional. Neste âmbito, foi indicado que, em 2025, a Freguesia de Avelar recebeu da DGAL o montante de 35.552,00 €, tendo esse valor aumentado para cerca de 40.000,00 € em 2026, sendo proposta para 2027 a verba de 46.574,00 €, correspondente a um acréscimo de 6.574,00 €. Foi salientado que o aumento de 15% abrange, de forma geral, as freguesias do concelho, considerando-se que o valor acordado se encontra em linha com os acordos celebrados em anos anteriores.----------

Foi igualmente explicado que o acordo em apreciação será posteriormente formalizado através do respetivo auto de transferência de recursos, a celebrar após a aprovação pela Assembleia de Freguesia. O montante anual de 46.574,00 € será transferido em duodécimos, correspondendo a um valor mensal de aproximadamente 3.881,17 €.----------

No decorrer da intervenção, foi ainda efetuado um enquadramento histórico do procedimento, tendo sido referido que, anteriormente, os valores destinados às freguesias eram diretamente suportados pelos municípios. A partir de 2018, e na sequência do processo de alteração do modelo de financiamento e transferência de competências, que teve um período de transição entre 2018 e 2020, os montantes passaram a ser processados diretamente pela DGAL para as freguesias, sendo os mesmos considerados no âmbito das transferências financeiras destinadas aos municípios. Foi explicado que o mecanismo de transferência de recursos está associado à transferência de competências dos municípios para as freguesias, permitindo que estas disponham dos meios financeiros necessários ao exercício das competências que lhes são atribuídas ou delegadas. Neste âmbito, foram identificadas, entre outras, competências relacionadas com a manutenção de espaços verdes, limpeza e manutenção dos espaços públicos, manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado nos espaços públicos, bem como a construção, gestão e manutenção corrente de feiras e mercados. Concluída a apresentação do assunto, foi dada a palavra aos membros da Assembleia. Não havendo pedidos de esclarecimento, a

Presidente da Mesa da Assembleia colocou o documento a votação. Submetida a votação, este foi aprovado por unanimidade.----------

PONTO TRÊS

Passou-se, então, ao terceiro ponto da ordem de trabalhos: *Apreciação e votação da segunda Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, da Receita do PPA – Plano Anual de Atividades e do PPI – Palno Plurianual de Investimentos.*----------

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo, que apresentou a proposta de segunda alteração ao Orçamento, justificando-a pela necessidade de proceder à inscrição e ao reforço de diversas rubricas, em função de novas receitas e despesas entretanto verificadas.----------

Começou por referir o apoio financeiro atribuído pelo Município de Ansião na sequência dos prejuízos provocados pela tempestade Kristin, tendo sido criada a rubrica 10.05.01.01.02, inicialmente sem dotação, que passa a dispor de uma dotação de 26.000,00 €, destinada a despesas de investimento no edifício da Junta de Freguesia, nomeadamente intervenções nas coberturas, tetos e pavimentos. Dos 30.000,00 € de apoio atribuído pelo Município, os restantes 4.000,00 € destinam-se a suportar despesas correntes decorrentes da intervenção realizada na sequência da tempestade. Foi esclarecido que a Junta de Freguesia contratou, durante quatro dias, uma empresa para colaborar nos trabalhos de limpeza e desobstrução das vias públicas, designadamente na remoção de árvores caídas e na limpeza das ruas, tendo essa prestação de serviços representado uma despesa de 4.092,00 €. O referido apoio municipal permitirá, assim, fazer face quer às despesas de investimento no edifício, quer às despesas correntes resultantes das operações de limpeza realizadas na sequência da tempestade. Foi igualmente referido que, no lado da receita, os 4.000,00 € correspondentes a outras transferências correntes do Município de Ansião serão inscritos para complementar o montante global de 30.000,00 €.----------

Relativamente ao protocolo da ANAFRE destinado ao apoio à aquisição de gás, foi explicado que o valor inicialmente previsto na receita, de 425,00 €, se revelou insuficiente, em virtude do aumento do apoio concedido por bilha de gás, que passou de 15,00 € para 25,00 €, durante um período de três meses. O apoio será atribuído aos beneficiários que apresentem a documentação comprovativa da aquisição e os respetivos documentos relativos à situação de apoio social. Assim, foi proposta a inscrição de um reforço de 844,00 €, passando a dotação da respetiva rubrica para 1.269,00 €. Foi ainda esclarecido que estes valores constituem uma estimativa, podendo o número de beneficiários e de faturas apresentadas determinar eventual ajustamento.----------

No que respeita ao Turismo Sénior, foi referido que a rubrica da receita, inicialmente dotada em 2.250,00 €, correspondente às comparticipações dos participantes na viagem realizada no âmbito do Passeio dos Avelarenses, integrado no Programa da Vila, teve de ser reforçada devido ao aumento do número de participantes, inicialmente estimado em 50 e posteriormente aumentado para 73. Foi, assim, proposto um reforço de 390,00 €, passando a dotação corrigida para 2.640,00 €. Em consequência das alterações referidas,

a receita do orçamento é atualizada num montante global de 31.234,00 €.----
O Senhor Presidente do Executivo passou, de seguida, à apresentação das alterações do lado da despesa, explicando que o reforço da receita implica os correspondentes ajustamentos orçamentais.----------
Relativamente ao aluguer de impressora multifunções, associado ao novo posto avançado da Junta de Freguesia, foi referido que se prevê a instalação de um equipamento adicional destinado a serviços de impressão, digitalização e fotocópia. A respetiva rubrica, inicialmente dotada em 636,00 €, será reforçada, passando a dotação corrigida para 826,00 €.----------
No âmbito do apoio à constituição de associações, foi referido o apoio à constituição da nova associação "5 Vilas, Desenvolvimento e Comunidade", formalizada em 27 de março, cujo custo de constituição ascendeu a 446,00 €, face aos 400,00 € inicialmente previstos. Foi, por isso, efetuado um reforço de 46,00 €.----------
Na rubrica relativa a artigos de promoção turística, inicialmente dotada em 500,00 €, foi efetuada uma redução de 200,00 €, passando a dotação para 300,00 €.----------
Foi ainda apresentada a alteração relativa à rubrica "Bolsa, Programas Ocupacionais, Inclusão, Mais Motivação", destinada a enquadrar o novo programa do IEFP que integra os recursos humanos anteriormente referidos. Foi explicado que, em simultâneo, se procederia à transferência de parte da verba anteriormente afeta aos programas CEI e CEI+, alguns dos quais ainda se encontram em funcionamento. Assim, na rubrica "Bolsa, Programas Ocupacionais CEI", que dispunha de uma dotação de 12.125,00 €, serão retirados 10.000,00 €, ficando a dotação em 2.125,00 €. Deste montante, 7.800,00 € serão transferidos para a rubrica relativa aos atuais programas ocupacionais, inclusão e ativação, e os restantes 2.200,00 € serão transferidos para a rubrica relativa aos subsídios de refeição dos programas ocupacionais.----------
Na rubrica "Serviço de apoio ao secretariado", inicialmente prevista para suportar a eventual contratação de recursos humanos através de recibos verdes, foi efetuada uma redução de 1.900,00 €, passando a dotação para 100,00 €, uma vez que se prevê o recurso a uma pessoa proveniente do Centro de Emprego.----------
Relativamente ao Congresso da ANAFRE, foi referido que a dotação existente de 10,00 € se revelou insuficiente para suportar a inscrição, sendo reforçada em 90,00 €.----------
Foi igualmente esclarecido que a rubrica relativa ao contrato de impressora multifunções terá de ser reforçada, uma vez que o contrato contempla, além do aluguer do equipamento, o número de fotocópias realizadas.----------
Na rubrica "Dinamização do Mercado Local de Sicó", inicialmente dotada em 2.500,00 €, foi efetuada uma redução de 2.000,00 €, ficando a dotação em 500,00 €.----------
Foi inscrita a nova rubrica relativa aos prejuízos provocados pela tempestade Kristin no edifício da Junta de Freguesia, com uma dotação de 26.000,00 €, correspondente ao montante previsto para despesas de investimento.----------

Na rubrica destinada à finalização do pagamento dos terrenos da Rua da Freiria, inicialmente dotada em 1.600,00 €, foi efetuado um reforço de 25,00 €, passando a dotação para 1.625,00 €.----------
A rubrica relativa ao apoio ao gás foi igualmente reforçada em 800,00 €, passando de 375,00 € para 1.175,00 €, em correspondência com o aumento previsto da receita proveniente do protocolo da ANAFRE.----------
Na rubrica "Indemnizações de encargos provocados por outrem em viaturas ou outros", foi efetuado um reforço de 83,97 €, destinado a fazer face a despesas entretanto ocorridas, ficando a respetiva dotação sem saldo disponível após o reforço.----------
Relativamente às intervenções no âmbito do contrato interadministrativo celebrado com o Município, foi explicado que a dotação inicialmente prevista, de 21.091,00 €, se revelou insuficiente face ao valor da obra a executar em 2026, no montante de 30.618,00 €. Foi, assim, necessário proceder a um reforço de 9.526,00 €.----------
Na rubrica "Limpeza das ruas nos arruamentos rurais", inicialmente dotada em 10.000,00 €, foi efetuada uma redução de 2.000,00 €, passando a dotação para 8.000,00 €. O montante retirado foi transferido para a rubrica relativa à limpeza das ruas nos arruamentos urbanos, cuja dotação passou de 3.000,00 € para 5.000,00 €, permitindo suportar as despesas adicionais resultantes da tempestade Kristin.----------
Na rubrica "Mercado de Natal", foi efetuada uma redução de 3.000,00 €, passando a dotação de 5.000,00 € para 2.000,00 €.----------
Foi ainda referido o ajustamento da rubrica "Outras despesas correntes", utilizada para efeitos de acerto orçamental, para onde será transferido o montante residual de 2,19 € resultante das restantes alterações.----------
Quanto à "Plataforma Local Cidadão", foi referido tratar-se de uma rubrica que, embora prevista no orçamento, se encontrava sem dotação. Foi, por isso, reforçada em 922,50 €, correspondente ao valor de 750,00 € acrescido de IVA.----------
Na rubrica relativa a seguros, foi efetuado um reforço de 161,07 €, destinado a suportar o seguro obrigatório associado à integração de uma trabalhadora no âmbito dos programas ocupacionais do IEFP. Foi novamente referido o ajustamento da rubrica "Serviço de apoio à Secretaria", nos termos anteriormente apresentados.----------
Relativamente aos subsídios de refeição dos programas ocupacionais, foi efetuado um reforço de 2.200,00 €, proveniente da transferência de verba anteriormente inscrita na rubrica dos programas CEI e CEI+.----------
No que respeita às comunicações, foi referido que a Junta de Freguesia celebrou um novo contrato de telecomunicações para o posto avançado, incluindo a instalação e prestação de serviços de internet, telefone e televisão, tendo sido necessário proceder ao correspondente reforço orçamental.----------
Por último, foi apresentado o reforço da rubrica relativa ao Turismo Sénior, em consequência do aumento do número de participantes na viagem realizada. Assim, foi efetuado um reforço de 575,50 €, passando a dotação corrigida da despesa para 5.075,00 €.----------

O Senhor Presidente do Executivo salientou que as alterações propostas visam adequar o orçamento da receita e da despesa às necessidades entretanto verificadas, bem como às novas receitas e encargos decorrentes das situações apresentadas.----------
De seguida, procedeu-se à análise do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), designadamente no que respeita à integração da despesa relativa ao pagamento do terreno da Rua da Freiria. A respetiva rubrica encontrava-se inicialmente dotada com 1.600,00 euros, tendo sido necessário proceder a um reforço de 25,00 euros, passando a dotação para 1.625,00 euros. Informou que o terreno já foi escriturado e se encontra na posse da Junta, estando previsto, entretanto, o início do processo de hasta pública para a sua alienação.----------
Foi ainda efetuada uma alteração no PPI, no âmbito da despesa de investimento associada ao contrato interadministrativo. A dotação inicialmente prevista, no montante de 21.000,00 euros, revelou-se insuficiente para suportar o orçamento da intervenção, no valor de 30.826,00 euros, pelo que foi necessário proceder ao respetivo reforço em 9.826,00 euros.----------
Foi igualmente criada uma nova rubrica no PPI, destinada a acolher a verba de 26.000,00 euros atribuída pelo Município. Esta verba encontra-se autonomizada da rubrica anteriormente existente, permitindo uma adequada separação e identificação da despesa no âmbito do PPI.----------
Relativamente ao Plano Plurianual de Atividades (PPA), foram efetuadas diversas alterações. A rubrica relativa ao Turismo Sénior foi reforçada em 575,00 euros e a rubrica de Apoio à Constituição de Associações foi reforçada em 46,81 euros. Por sua vez, a rubrica relativa ao Mercado de Natal de Avelar foi reduzida em 3.000,00 euros. A rubrica referente à dinamização do Mercado Local de Sicó, inicialmente dotada com 2.500,00 euros, foi igualmente reduzida em 2.000,00 euros, passando a apresentar uma dotação corrigida de 500,00 euros.----------
Foi criada uma nova rubrica no PPA, denominada "Plataforma Local Cidadão", que apresentava uma dotação inicial de 0,00 euros e passou a apresentar uma dotação de despesa de 922,50 euros.----------
Concluída a explicação das alterações propostas, o Presidente Executivo agradeceu a atenção, tendo a Presidente da Assembleia questionado os presentes sobre a existência de pedidos de esclarecimento.----------
Tomou a palavra Manuela Marques, membro da Assembleia, que, relativamente às alterações modificativas da despesa, solicitou um esclarecimento acerca da redução de 2.000,00 euros efetuada na rubrica relativa à limpeza de ruas nos arruamento rurais. Referiu que, tendo em consideração os estragos provocados pela tempestade Kristin, havia ficado surpreendida com a retirada daquela verba, atendendo à necessidade de intervenção nos arruamentos e caminhos rurais.----------
Em resposta, o Presidente Executivo esclareceu que a alteração efetuada dizia respeito à rubrica destinada aos arruamentos e caminhos rurais. Explicou que, embora os 10.000,00 euros inicialmente previstos possam vir a ser necessários ao longo do ano, a verba disponível nesta fase permite

retirar 2.000,00 euros dessa rubrica e canalizá-los para o reforço da rubrica destinada à limpeza de ruas e arruamentos urbanos, de forma a fazer face às despesas entretanto realizadas, designadamente uma despesa de aproximadamente 4.000,00 euros.----------
Manuela Marques questionou se existia, efetivamente, a certeza de que a verba inicialmente prevista para os caminhos rurais não seria necessária na sua totalidade.----------
O Presidente Executivo explicou que esta rubrica é, ao longo do ano, objeto de reforços, dependendo das necessidades de contratação de serviços externos para assegurar a limpeza e manutenção dos espaços públicos, nomeadamente para controlar a proliferação de ervas na vila. Referiu que, quando os funcionários da Junta conseguem assegurar diretamente esses trabalhos, a necessidade de contratação de empresas externas é menor. Contudo, quando os recursos internos não são suficientes, torna-se necessário reforçar a respetiva dotação orçamental.----------
Esclareceu ainda que existe uma gestão articulada entre as rubricas relativas aos caminhos florestais e à limpeza dos espaços urbanos, tendo em consideração as diferentes taxas de IVA aplicáveis aos serviços contratados. Referiu que a rubrica dos caminhos florestais se encontra sujeita à taxa de IVA de 6%, enquanto os serviços realizados em contexto urbano estão sujeitos à taxa de 23%. Neste contexto, explicou que, sempre que as intervenções realizadas por empresas externas abrangem zonas periféricas da freguesia, designadamente Rascoia, Rapoula e Casal Santo António, é possível enquadrar os trabalhos na rubrica dos caminhos florestais, quando tal corresponda efetivamente à natureza da intervenção, permitindo a aplicação da taxa de IVA de 6%. Já as intervenções realizadas no centro da vila, por assumirem natureza eminentemente urbana, têm de ser enquadradas na respetiva rubrica e suportar a taxa de IVA de 23%. O Presidente Executivo sublinhou que esta gestão das rubricas constitui uma estratégia de contenção de custos, procurando assegurar a realização das intervenções necessárias ao menor custo possível, sempre dentro do respetivo enquadramento.----------
Não havendo mais pedidos de esclarecimento, a Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

Passando ao ponto quatro da ordem de trabalhos, *Apreciar e analisar os pressupostos do programa comemorativo do 31.º aniversário de relevação de Avelar à condição de Vila,* a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Executivo.----------
O Presidente do Executivo iniciou a sua intervenção enquadrando o significado histórico da recuperação do estatuto de Vila, em 21 de junho de 1995, ressalvando que a celebração anual da Semana da Vila visa sensibilizar a população para a importância da preservação e valorização dos serviços essenciais que fundamentam essa classificação. Destacou a relevância da oferta educativa integral existente na freguesia — desde a primeira infância até ao ensino secundário e profissional —, sublinhando que o investimento previsto de 4,5 milhões de euros pelo Estado na

remodelação da Escola N.º 2 é vital para a consolidação da rede escolar e para a fixação de jovens famílias. Prosseguiu caracterizando Avelar como um polo dinamizador e prestador de serviços à escala local e para as freguesias vizinhas, dispondo de valências nas áreas da saúde, ação social, indústria, comércio, além da recente instalação de mais um terminal de caixa automática no posto avançado da Junta de Freguesia. Alertou ainda para a necessidade de assegurar o bom funcionamento dos serviços postais (correios). Por fim, salientou a posição geográfica estratégica da freguesia, potenciada pela proximidade à A13 que liga a Vila a Coimbra, o que poderá levar à promoção da reabilitação do edificado habitacional devoluto e à atração de novos residentes. Concluiu perspetivando a recuperação demográfica e apelou ao apoio contínuo do Município no reforço das condições de atratividade da freguesia.----------

O Senhor Presidente informou que a Semana da Vila corresponde, este ano, à sua 9.ª edição, tendo tido início no sábado anterior e prolongando-se até ao dia 28. Esclareceu que, embora o programa decorra ao longo de todo o período, nem todos os dias terão o mesmo número de iniciativas, destacando que, entre os dias 13 e 22, decorrerão atividades diárias, seguindo-se um intervalo nos dias 23, 24 e 25, retomando-se posteriormente a programação com o Avelar Sunset Trail e a Fun Zone, onde será transmitido, na Praça Costa Rego, o jogo da Seleção Nacional de Portugal frente à Seleção da Colômbia.----------

Referiu, de forma sumária, algumas das iniciativas previstas, destacando que, neste dia, 15 de junho, está a decorrer a Assembleia de Freguesia e, mais tarde, "Refletir Avelar". Informou ainda que, no dia seguinte, terá lugar a Caminhada "Renascer das Cinzas", em colaboração com o "Eu Posso Correr".----------

Mais informou que, na quarta-feira, estará presente a Escola de Dança das Cinco Vilas e, na quinta-feira, terá lugar uma atuação do Rancho da Casa do Povo de Maçãs de Dona Maria, complementada por um momento de animação com um mágico. Na sexta-feira decorrerá o Dia das Marchas dos Santos Populares.----------

No sábado, realizar-se-á mais um Encontro de Bandas Filarmónicas, numa iniciativa da Sociedade Filarmónica Avelarense, que este ano convidou a Sociedade Filarmónica Santa Cecília de Ansião e a Sociedade Filarmónica Quiaiense, de Quiaios.----------

O Senhor Presidente destacou ainda o dia 21, dedicado ao Dia da Vila, que este ano ocorre num domingo. Convidou todos a participar nas diversas iniciativas previstas, nomeadamente na visita ao cemitério, destinada a homenagear os autarcas já falecidos, na inauguração do Posto Avançado da Junta, que se encontra já devidamente equipado, e na inauguração da rotunda junto ao colégio. Está igualmente previsto um momento evocativo do Dia da Vila, seguido de um jantar aberto à população, terminando o programa com um espetáculo da Banda Império, que encerrará a componente mais festiva da Semana da Vila.----------

Informou, por fim, que no dia 22 terá lugar a Assembleia Municipal, retomando-se a programação no fim de semana seguinte, com iniciativas

previstas para sexta-feira, sábado e domingo, até ao encerramento do conjunto de atividades.----------
A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a informação prestada e questionou os presentes sobre a existência de dúvidas relativamente ao programa. Não tendo sido apresentadas questões, considerou tratar-se de um programa bastante diversificado, destacando a valorização da denominada "prata da casa".----------
De seguida, Manuela Marques, Membro desta Assembleia, tomou a palavra e, a propósito da reflexão sobre Avelar, chamou a atenção para o estado de degradação de algumas habitações emblemáticas da freguesia, situação que, segundo referiu, se tornou ainda mais evidente na sequência da tempestade ocorrida recentemente. Questionou sobre a existência de programas ou outros mecanismos de apoio que permitam promover a reabilitação destes edifícios, designadamente através de soluções que possam envolver a aquisição, por parte do Município, de alguns imóveis, com vista à sua requalificação e reconversão em equipamentos ou estruturas ao serviço da comunidade. A interveniente recordou, a este propósito, o caso da antiga casa da D. Elvira Rego Barata, mais conhecida por Virinha, considerando que a sua substituição e posterior construção dos edifícios atualmente existentes representaram uma perda significativa para o património arquitetónico e histórico da freguesia. Referiu que a Praça Costa Rego era anteriormente caracterizada por casas pertencentes a famílias de referência local, muitas delas com relevante valor histórico, tendo sido igualmente perdido, em alguns casos, património documental e outros elementos do seu recheio. Defendeu, assim, que deveria ser realizado um levantamento das casas ainda existentes que possam apresentar interesse histórico, arquitetónico ou patrimonial, procurando identificar programas de apoio que permitam a sua recuperação pelos proprietários ou, quando tal se revele adequado, equacionar formas de intervenção da autarquia que possibilitem a sua utilização em benefício da comunidade.----------
O Senhor Presidente manifestou a sua concordância com a preocupação apresentada, ressalvando, contudo, que os edifícios e habitações em causa têm proprietários, devendo ser respeitado um período de expetativa relativamente à eventual intervenção dos mesmos. Deu como exemplo um edifício situado junto à padaria, na Praça Costa Rego, cuja arquitetura considerou de particular interesse e que se encontra em avançado estado de degradação. Informou que a Junta de Freguesia tem vindo a sinalizar estas situações aos serviços técnicos do Município, solicitando a realização de vistorias destinadas a avaliar as condições de segurança e estabilidade dos imóveis, tendo em conta o eventual risco para pessoas e bens. Referiu ainda a existência das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), que proporcionam diversos benefícios e incentivos à reabilitação dos imóveis abrangidos, nomeadamente ao nível da aplicação de uma taxa reduzida de IVA e de apoios municipais relacionados, entre outros aspetos, com custos de demolição e outras intervenções. Relativamente à possibilidade de salvaguardar elementos históricos existentes no interior destes imóveis, reconheceu que se trata de uma matéria mais específica e complexa, uma

vez que pressupõe o acesso aos espaços e a autorização dos respetivos proprietários. Recordou que esta questão já se revelou difícil de concretizar no passado, designadamente no caso da antiga casa da Virinha.----------
Manuela Marques retomou a palavra, recordando que, à época, o processo relativo à antiga casa da Virinha foi objeto de alguma controvérsia, tendo sido equacionada a possibilidade de aquisição do imóvel pelo Município, com vista à sua utilização ao serviço da Junta de Freguesia e da população, designadamente através da instalação de uma biblioteca. Referiu que essa solução permitiria conjugar a preservação da memória histórica associada à biblioteca que existia na casa com a criação de um equipamento de utilização pública, aproveitando igualmente a dimensão do imóvel e os seus espaços exteriores para criar uma estrutura de interesse para a comunidade. Considerou que aquela oportunidade acabou por se perder e defendeu que, perante situações semelhantes, a autarquia deverá acompanhar de forma próxima a evolução dos processos relativos a imóveis de particular valor arquitetónico ou histórico, procurando evitar que se repitam situações de perda irreversível de património. Esclareceu que reconhece o direito dos proprietários sobre os seus imóveis, mas considerou importante deixar o alerta para a necessidade de uma atenção especial relativamente a edifícios que, pelas suas características arquitetónicas e pelo seu significado para a história local, constituem elementos diferenciadores da freguesia.----------
O Senhor Presidente acrescentou que esta preocupação se enquadra também nos princípios e objetivos prosseguidos pela Associação Memória Avelarense, designadamente na vertente de preservação e valorização da memória e do património local.----------
Manuela Marques reforçou a importância desta matéria, voltando a referir o caso da antiga casa da Virinha. Recordou que, aquando da sua destruição, foram retirados e recuperados da fogueira, pela Doutora Maria Alice, diversos documentos que constituíam importantes testemunhos históricos relacionados com a atividade da Igreja e com a Fundação Nossa Senhora da Guia. Salientou que a referida casa funcionava, em determinados períodos, como um importante repositório de documentação relacionada com a vida da freguesia, uma vez que nela eram tomadas decisões relevantes para a Vila de Avelar. Considerou, por isso, que a perda desses documentos representou um prejuízo irreversível para a memória coletiva e para o conhecimento da história da freguesia, lamentando que, na altura, parte desse património documental tenha sido tratado como lixo, não tendo sido devidamente preservado.----------

PONTO CINCO

Por último, passou-se ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, *Outros assuntos*, onde nada foi tratado.----------
Por último, ata foi aprovada em minuta, por unanimidade.----------
Nada mais havendo a tratar, a Presidente de Assembleia deu por encerrada a sessão. A leitura integral e aprovação da ata ficou agendada para o início da próxima sessão. ----------

A Presidente da Assembleia de Freguesia

_____

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia

_____

A 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia

_____